



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIX PALMAS, TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2020.

Nº 3076



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PTB)

1º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins (Cidadania)

2º Vice-Presidente: Dep. Nilton Franco (MDB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (MDB)

2º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Claudia Lelis	Dep. Amália Santana
Dep. Jair Farias - Vice-Pres.	Dep. Elenil da Penha
Dep. Ricardo Ayres - Pres.	Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Valdevez Castelo Branco	Dep. Olyntho Neto
Dep. Vanda Monteiro	Dep. Leo Barbosa

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Amélio Cayres	Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Ivory de Lira	Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Issam Saado - Vice-Pres.	Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Olyntho Neto	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Nilton Franco - Pres.	Dep. Jair Farias

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Jair Farias	Dep. Elenil da Penha
Dep. Zé Roberto Lula - Vice-Pres.	Dep. Issam Saado
Dep. Nilton Franco	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Fabion Gomes - Pres.	Dep. Ricardo Ayres
Dep. Vilmar de Oliveira	Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Elenil da Penha - Pres.	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Prof. Júnior Geo - Vice-Pres.	Dep. Ricardo Ayres
Dep. Olyntho Neto	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Vilmar de Oliveira	Dep. Amélio Cayres
Dep. Zé Roberto Lula	Dep. Issam Saado

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Issam Saado	Dep. Amália Santana
Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres.	Dep. Vanda Monteiro
Dep. Prof. Júnior Geo - Pres.	Dep. Fabion Gomes
Dep. Valdevez Castelo Branco	Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdemar Júnior	Dep. Eduardo S. Campos

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
--------------------------	--------------------------

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Eduardo do Dertins	Dep. Ivory de Lira
Dep. Elenil da Penha	Dep. Nilton Franco
Dep. Issam Saado	Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres.	Dep. Vanda Monteiro
Dep. Valdevez Castelo Branco - Pres.	Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Luana Ribeiro - Pres.	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Cláudia Lelis	Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo Siqueira Campos	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Prof. Júnior Geo	Dep. Fabion Gomes
Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres.	Dep. Leo Barbosa

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Luana Ribeiro	Dep. Olyntho Neto
Dep. Léo Barbosa - Pres	Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Pres.	Dep. Ivory de Lira
Dep. Valdemar Júnior	Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Zé Roberto Lula	Dep. Claudia Lelis

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Amália Santana - Pres.	Dep. Claudia Lelis
Dep. Ivory de Lira	Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Luana Ribeiro	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Nilton Franco	Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres.	Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Claudia Lelis - Pres.	Dep. Issam Saado
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Pres.	Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Jair Farias	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres	Dep. Fabion Gomes
Dep. Vilmar de Oliveira	Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
--------------------------	--------------------------

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação e Informação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 274/2020

Proíbe as concessionárias de energia elétrica de efetuar corte de fornecimento em unidade consumidora habitada por paciente cujo tratamento médico requeira o uso continuado de equipamentos elétricos, no âmbito do Estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º As concessionárias responsáveis pela distribuição de energia elétrica no Estado do Tocantins ficam proibidas de efetuar corte de energia nas unidades consumidoras habitadas por doente cujo tratamento requeira o uso continuado de medicação que necessite refrigeração, aparelhos, equipamentos ou instrumentos elétricos.

Parágrafo único. Para usufruir do benefício previsto nesta Lei, o paciente deverá integrar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e apresentar mensalmente laudo médico que comprove a existência da enfermidade e a necessidade de uso dos medicamentos e equipamentos.

Art. 2º O descumprimento do que dispõe esta Lei acarretará às concessionárias, sem prejuízo das sanções previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a multa no valor de R\$ 4.000 (quatro mil reais), dobrada a cada reincidência.

Parágrafo único. O valor da multa referida no caput será reajustado anualmente, com base na variação do índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º A continuidade do fornecimento de energia elétrica não isenta o consumidor do pagamento dos valores devidos às concessionárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Este projeto de lei tem por objetivo garantir o direito fundamental à saúde e à vida dos cidadãos que possuem doença crônica ou patologia, cujo tratamento e/ou procedimento médico requeiram o uso de medicamentos que necessitam de refrigeração, aparelhos, equipamento ou instrumentos elétricos.

Para isso, a proposição proíbe que as concessionárias de energia elétrica que operam no Estado do Tocantins cortem a energia do imóvel no qual reside doente cujo tratamento requeira o uso continuado de medicamentos e equipamentos elétricos que, portanto, não pode ser privado da prestação de tal serviço, sob pena de ter sua vida colocada em risco.

Vale destacar que o benefício de que trata esta Lei será alcançado, exclusivamente, pelos pacientes que inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Ou seja, aqueles que integram família em situação de pobreza e extrema pobreza, que possuam renda mensal total de até três salários mínimos. Além disso, obrigatoriamente, terá de apresentar mensalmente laudo médico que comprove a existência da enfermidade e a necessidade de uso dos medicamentos e equipamentos.

É inegável que o fornecimento de energia elétrica é uma necessidade inadiável, em especial para aqueles que, quando não atendidos, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população. É inaceitável e inadmissível

que haja a interrupção da prestação dos serviços de energia elétrica em residências onde se encontram portadores de doenças que demandam a utilização dessa energia para o funcionamento de aparelhos e conservação dos medicamentos que muitas vezes representa a garantia de continuidade de vidas.

Portanto, conto com o apoio dos meus Nobres Pares para aprovação da matéria nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2020.

LÉO BARBOSA
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

11 de dezembro de 2019

Ata da Centésima Quadragésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Antonio Andrade, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Professor Júnior Geo. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins e Fabion Gomes. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 69/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 22, de 10 de dezembro de 2019, que “revoga dispositivo da Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000”; Mensagem número 70/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 23, de 10 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada – Proindústria, e adota outra providência”; Mensagem número 71/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 24, de 10 de dezembro de 2019, que “institui o Fundo Estadual de Transporte – FET, e adota outras providências”; Mensagem número 72/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 25, de 10 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica”; Mensagem número 73/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 26, de 10 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a desvinculação de superávit financeiro,

na forma que especifica, e adota outras providências”; Mensagem número 74/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 27, de 10 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 422/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Túlio César de Oliveira”; Projeto de Lei número 423/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “proíbe a cobrança de valores adicionais a sobretaxas para matrícula ou mensalidade ou estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”; Projeto de Lei número 424/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “determina a criação de campanha permanente de esclarecimento, orientação e prevenção, sobre eclâmpsia e fixa outras providências”; Projeto de Lei número 425/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre criação de faixas exclusivas de retenção e proteção nas vias dotadas de semáforos no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 426/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição na definição do prazo de marcação de consultas, exames ou outros procedimentos e medidas de diferenciação entre pacientes cobertos por planos de saúde ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios”; Projeto de Lei número 427/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Monitoramento Estadual da Violência contra a Mulher no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 428/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate ao HPV no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 429/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “denomina de Dioclides Jardim de Oliveira a rodovia TO-431 até a comunidade da Beira Rio no Município de Guaraí, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 430/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “torna obrigatória a instalação de balança de precisão nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências”; Projeto de Lei número 431/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “institui o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores e dá outras providências”; Projeto de Lei número 432/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “determina a obrigatoriedade da emissão de certidões de registro civil e registro de imóveis no sistema de escrita e leitura braille a pessoas com deficiência visual”; e Projeto de Lei número 434/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a utilização e inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular, nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projeto de Lei que receberam os números 442/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 436, 437, 438, 439, 440 e 441/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 445 e 446/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; e os Requerimentos que receberam os números 2.179 a 2.188. Logo após, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha e Zé Roberto Lula. Na deliberação Ordem do Dia, foram anunciados em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei

números: 204/2009 (desarquivado), de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Vanderlei Luxemburgo”, que deu origem ao Processo número 618/2009; 32/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 3º da Lei número 1.789, de 15 de maio de 2007, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Tocantins – Coema-TO”, que deu origem ao Processo número 289/2016; 30/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional Central de Atendimento à Mulher e do Conselho Tutelar local nas contas mensais dos serviços públicos de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 38/2019; 62/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção de link do Procon nos casos que indica”, que deu origem ao Processo número 56/2019; 72/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que liga a TO-126 a TO-404 e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 54/2019; 192/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 225/2019; 199/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “cria o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos Parques Estaduais do Tocantins e nas trilhas localizadas em áreas públicas e em seu entorno, e dá outras providências”; 204/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição do fornecimento, uso e distribuição, gratuita ou onerosa de canudos plásticos feitos de polipropileno, poliestireno ou quaisquer outros materiais não-biodegradáveis, nos locais em que especifica, em todo território estadual, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 238/2019; 317/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura o uso múltiplo do Lago do Projeto Manuel Alves e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 381/2019; 359/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual dos Capelães Religiosos”, que deu origem ao Processo número 437/2019; 371/219, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente e Cultural do Estado do Tocantins – Abence”, que deu origem ao Processo número 452/2019; 384/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Paraíso do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 465/2019; 373/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Rodeio Pioneiro do Tocantins, localizada no Município de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 456/2019; 377/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Etnia Kalon de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 459/2019; 402/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Alan Kardek Ferreira Moreira”, que deu origem ao Processo número 483/2019; 406/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Núcleo da Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Gurupi, com sede no Município de Gurupi-TO”, que deu origem ao Processo número 494/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de

Lei número 408/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Jair Messias Bolsonaro”, que deu origem ao Processo número 499/2019, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Amália Santana; e abstenção do Senhor Deputado Ivory de Lira, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera os dispositivos da Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, e da Lei número 2.926, de 3 de dezembro de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o quadro de pessoal e plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas, e sobre as indenizações pelo exercício de funções de controle externo e administrativo”, que deu origem ao Processo número 88/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Primeiro-Secretário procedeu a leitura do Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda Modificativa, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula ao Projeto de Lei número 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, a qual, votada, foi aprovada. Logo após, o Senhor Primeiro-Secretário procedeu a leitura do Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda Supressiva, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula ao Projeto de Lei número 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, a qual, votada, foi rejeitada. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.128, 2.129, 2.120, 2.130, 2.165, 2.091, 2.125, 2.064, 2.121, 2.134, 2.163, 2.171, 2.087, 2.118, 2.119, 2.162, 2.170, 2.164, 2.088, 2.089, 2.090, 2.123, 2.135, 2.136, 2.137, 2.138, 2.139, 2.140, 2.141, 2.142, 2.143, 2.144, 2.145, 2.146, 2.147, 2.148, 2.149, 2.150, 2.151, 2.152, 2.153, 2.154, 2.155, 2.156, 2.157, 2.158, 2.159, 2.160, 2.085, 2.126, 2.092, 2.093, 2.114, 2.122, 2.124, 2.127, 2.168, 2.169, 2.172, 2.095, 2.096, 2.097 e 2.098, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

11 de dezembro de 2019

Ata da Centésima Quadragésima Sétima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Professor Júnior Geo. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Jair Farias, Nilton

Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros oriundo de Emenda Parlamentar a convênio com o Município de Tocantínia; e Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, comunicando a alteração contratual de convênio com Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 443/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; 444/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números 2.189 a 2.196. Logo após, por falta de quórum em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das matérias apresentadas em regime de urgência para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Em seguida, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião das Comissões, reabrindo-a às dezessete horas e quarenta e um minutos. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e quarenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

12 de dezembro de 2019

Ata da Centésima Quadragésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Professor Júnior Geo. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 67/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 12/2019, que “dispõe sobre o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais-CTE e a Taxa de Contro-

le e Fiscalização Ambiental do Estado do Tocantins – Tefato, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 443/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Rio Prata e dá outras providências”; e Projeto de Lei número 444/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense para Lúcia Caetano Pereira”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 2.197 a 2.203. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Em seguida, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente convocou Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após o encerramento da presente Sessão. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e cinco minutos, convocando Sessão Extraordinária para às dezessete horas, para apreciação da pauta da Ordem do Dia, da Centésima Quadragésima Oitava Sessão Ordinária. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
5 de fevereiro de 2020**

Ata da Centésima Quadragésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocan-tinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins e Eduardo Siqueira Campos. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 1/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 1, de 22 de janeiro de 2020, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”; Mensagem número 2/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 212, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 4/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a aplicação dos princípios da publicidade, da motivação e da celeridade aos resultados dos concursos públicos em âmbito estadual”; Mensagem número 3/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 218,

de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 82/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a prioridade nos programas habitacionais às mulheres vítimas de violência doméstica e dá outras providências”; Mensagem número 4/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 220, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 124/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “inclui sinalização de trânsito dentre os requisitos básicos de infraestrutura para fins de parcelamento do solo em zonas habitacionais de Interesse Social”; Mensagem número 5/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 222, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 142/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição, no prazo de dez anos, de licenciamento de exploração de gás de xisto no Estado do Tocantins pelo método *fracking*, e dá outras providências”; Mensagem número 6/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 228, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 179/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da cobertura de suporte médico e segurança privada em eventos particulares com cobrança de ingressos no âmbito do Estado”; Mensagem número 7/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 229, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 202/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que obriga as concessionárias de telefonia fixa e móvel a cancelarem a multa de fidelidade com a comprovação da perda do vínculo empregatício após a adesão ao contrato”; Mensagem número 8/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 230, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 209/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a vinculação automática das receitas fiscais, sobretudo a cota parte do ICMS ao Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”; Mensagem número 9/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 232, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 216/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a exclusão de informações relativas a lotação de servidores do Estado do Tocantins que estejam sob alcance de medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário, no Portal da Transparência”; Mensagem número 10/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 235, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 220/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre o direito do consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar”; Mensagem número 11/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 244, de 17 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 366/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a informação ao consumidor do direito de, ao saldar antecipadamente seus débitos, obter redução de juros e demais acréscimos”; Mensagem número 12/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 1, de 30 de janeiro de 2020, que “dispõe sobre a redução na base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de

Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com milho”; Mensagem número 78/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 28, de 18 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 3.422, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal”; Mensagem número 79/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 29, de 18 de dezembro de 2019, que “institui o Fundo Rotativo que especifica, e adota outras providências”; Mensagem número 80/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 30, de 18 de dezembro de 2019, que “institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Tocantins – Programa PPP-Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 81/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Parcial ao Autógrafo de Lei número 181, de 12 de dezembro de 2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, e adota outras providências”; Mensagem número 82/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 31, de 23 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 2.007, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo, do subsolo e do espaço aéreo nas faixas de domínio e nas áreas lindeiras das rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 83/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 161, de 3 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 24/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe que toda empresa de transporte coletivo ofereça aos motoristas, cobradores, fiscais e funcionários do serviço de atendimento ao consumidor, cursos para capacitar esses profissionais a prestarem assistência às mulheres vítimas de assédio dentro dos ônibus, e dá outras providências”; Mensagem número 84/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 166, de 3 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 109/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “institui a obrigatoriedade da higienização e desinfecção dos reservatórios prediais de água destinada ao consumo humano e dá outras providências”; Mensagem número 85/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 187, de 12 de dezembro de 2019, originário do Projeto de Lei número 72/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que liga a TO-126 à TO-404 e dá outras providências”; e Ofício número 483/2020, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1 de 4 de fevereiro de 2020, que “altera o inciso II do art. 3º da Lei número 2.098, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal no serviço público do Poder Judiciário e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 1/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 4 e 5/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; 6/2020, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 7/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 8, 9, 10 e 11/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números 1 a 209. Logo após, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das Matérias apresentadas para a Sessão subsequente. Em seguida, assumiu a Presidência o

Senhor Deputado Cleiton Cardoso. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo, Ivory de Lira, Zé Roberto Lula, Elenil da Penha e a Senhora Deputada Cláudia Lelis. Não havendo Matérias a deliberar na Ordem do Dia, nem oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e dezesseis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

5 de fevereiro de 2020

Ata da Centésima Quinquagésima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, secretariado pelos Senhores Deputados Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e Zé Roberto Lula, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Cláudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; Ofício oriundo da BRK Ambiental/Saneatins, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; Ofício oriundo da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; Ofício oriundo da Polícia Militar, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Ofício oriundo do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; Ofícios oriundos da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, comunicando a celebração de Convênio com a Prefeitura de Presidente Kennedy; Ofício oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando sobre os Termos de Colaboração e convênios firmados com recursos de Emendas Parlamentares; Ofício oriundo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins-FAPT, informando a celebração de termo de cooperação com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins-Fapto; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal-CEF, informando sobre a liberação de recursos financeiros a diversos municípios; Ofício oriundo da Secretaria da Administração, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e Ofício oriundo da Claro Brasil, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 12/2020, de autoria do Senhor

Deputado Jair Farias; 13/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 210 a 213. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Ivory de Lira. Não havendo Matérias a deliberar na Ordem do Dia, nem oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

6 de novembro de 2019

Ata da Décima Sétima Sessão Extraordinária

Às dezessete horas e trinta e oito minutos do dia seis do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Delegado Rérisson, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivan Vaqueiro, Jair Farias, Jorge Frederico, Professor Júnior Geo e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos e Ivory de Lira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de número 396/2019, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor David Samuel Alcolumbre Tobelem”, que deu origem ao Processo número 473/2019, o qual votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e Delegado Rérisson e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e quarenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

6 de novembro de 2019

Ata da Décima Oitava Sessão Extraordinária

Às dezessete horas e quarenta e nove minutos do dia seis do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton

Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Delegado Rérisson, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivan Vaqueiro, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos e Ivory de Lira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Léo Barbosa, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 473/2019, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor David Samuel Alcolumbre Tobelem”, que deu origem ao Processo número 473/2019, o qual votado, foi aprovado, com os votos contrários dos Senhores Deputados Elenil da Penha e Professor Júnior Geo e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

12 de dezembro de 2019

Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e dezenove minutos do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Nilton Franco, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 66/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 14/2019, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 436/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro,

que “dispõe sobre medidas de prevenção a serem adotadas por administradores de bares, casas de shows, restaurantes e estabelecimentos similares, visando a proteção das mulheres em suas dependências”; Projeto de Lei número 437/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação e atualização permanente, em sítio eletrônico, do estoque de medicamentos no Sistema Único de Saúde do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 438/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa Especial de Combate à Fome, no âmbito do Estado do Tocantins, para crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas e dá outras providências”; Projeto de Lei número 439/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa Empresa Amiga da Cultura, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 440/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa Empresa Amiga do Esporte, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 441/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia Estadual do Médico Psiquiatra no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 443/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Rio Prata e dá outras providências”; Projeto de Lei número 445/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Canaã – Isca”; Projeto de Lei número 446/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a concessão de certidões de registro civil em *Braille* a pessoas com deficiência visual no Estado do Tocantins e dá outras providências”; e Comunicação Interna número 156/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, informando que, após liberação médica retorna nesta data as suas atividades parlamentares. Não havendo Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 42/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integral o Autógrafo de Lei número 69, de 4 de julho de 2019, originário do Processo número 4/2019, referente ao Projeto de Lei número 1/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de operação de radares móveis em locais de difícil visualização pelos condutores de veículos, nas rodovias estaduais no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 439/2019; a qual, votada, secretamente, com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes, foi rejeitada e encaminhada à Secretaria para reenviar Autógrafo e comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 19/20019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos para com o Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, na forma que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 489/2019; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, promulga a Lei número 3.576, de doze de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciado, um turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário referente ao Processo número 37/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “propõe nos termos do Regimento Interno, Recurso ao Plenário da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei número 29/2019, de autoria da

Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe acerca das normas de tributação para aquisição de armas de fogo por policiais militares, policiais civis e técnicos em defesa social, ativos e inativos do Estado do Tocantins”, o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e encaminhado à tramitação normal. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “altera a Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 440/2019; o qual, votado nominalmente, foi aprovado com quinze votos sim, perfazendo um total de quinze votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 204/2009 (desarquivado), de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Vanderlei Luxemburgo”, que deu origem ao Processo número 618/2009; 30/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional Central de Atendimento à Mulher e do Conselho Tutelar local nas contas mensais dos serviços públicos de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 38/2019; 62/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção de link do Procon nos casos que indica”, que deu origem ao Processo número 56/2019; 72/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que liga a TO-126 à TO-404 e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 54/2019; 199/2019, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “cria o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos Parques Estaduais do Tocantins e nas trilhas localizadas em áreas públicas em seu entorno e dá outras providências”; que deu origem ao Processo número 234/2019; 359/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual dos Capelães Religiosos”, que deu origem ao Processo número 437/2019; 371/219, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente e Cultural do Estado do Tocantins – Abence”, que deu origem ao Processo número 452/2019; 384/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Paraíso do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 465/2019; 373/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Rodeio Pioneiro do Tocantins, localizada no Município de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 456/2019; 377/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Etnia Kalon de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 459/2019; 402/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Alan Kardek Ferreira Moreira”, que deu origem ao Processo número 483/2019; 406/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Núcleo da Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Gurupi, com sede no Município de Gurupi-TO”, que deu origem ao Processo número 494/2019; 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera os dispositivos da Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, e da Lei número 2.926, de 3 de dezembro de 2014, que dispõe, respectivamente, sobre o quadro

de pessoal e plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas, e sobre as indenizações pelo exercício de funções de controle externo e administrativo”, que deu origem ao Processo número 88/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 408/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Jair Messias Bolsonaro”, que deu origem ao Processo número 499/2019, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Amália Santana e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, retirou da pauta da Ordem do Dia, os Projetos de Lei números: 192/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 225/2019; 204/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição do fornecimento, uso e distribuição, gratuita ou onerosa de canudos plásticos feitos de polipropileno, poliestireno ou quaisquer outros materiais não-biodegradáveis, nos locais em que especifica, em todo território estadual, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 238/2019; 317/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura o uso múltiplo do Lago do Projeto Manuel Alves e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 381/2019. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.177, 2.178, 2.176, 2.179, 2.180, 2.185, 2.181, 2.182, 2.183, 2.184, 2.186, 2.187 e 2.188, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 2.207/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números 360/2019, 373/2019, 423/2019, 440/2019, 470/2019 e 474/2019; o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário***9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****12 de dezembro de 2019****Ata da Vigésima Segunda Sessão Extraordinária**

Às vinte horas e oito minutos do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderes Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontrase licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Nilton

Franco, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 14/2019, de autoria do Senhor Governador, que “estabelece a remissão, a anistia e a reinstauração dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, na forma prevista no convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017”, que deu origem ao Processo número 360/2019; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, promulga a Lei de 12 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – Funseg e dispõe sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos”, que deu origem ao Processo número 373/2019; 8/2019, de autoria do Ministério Público do Estado, que “altera a Lei número 3.472, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 423/2019; 4/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos, da função de confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 470/2019; e Projeto de Resolução número 19/2019, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “altera a Resolução número 276, de 9 de dezembro de 2009 na parte que especifica”, que deu origem ao Processo número 474/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 440/2019, o qual, votado, nominalmente, foi aprovado com catorze votos sim, perfazendo um total de catorze votantes e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e dezenove minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário***9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****12 de dezembro de 2019****Ata da Vigésima Terceira Sessão Extraordinária**

Às vinte horas e vinte e um minutos do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente de-

clarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Cláudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados-Funseg e dispõe sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos”, que deu origem ao Processo número 373/2019; 8/2019, de autoria do Ministério Público do Estado, que “altera a Lei número 3.472, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 423/2019; 4/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos, da função de confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 470/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 19/2019, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “altera a Resolução número 276, de 9 de dezembro de 2009 na parte que especifica”, que deu origem ao Processo número 474/2019; o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário da Senhora Deputada Luana Ribeiro. O Presidente da Assembleia Legislativa, promulga a Resolução número 348, de 12 de dezembro de 2019. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para segunda-feira, dia dezesseis de dezembro, às dez horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**16 de dezembro de 2019****Ata da Vigésima Quarta Sessão Extraordinária**

Às doze horas e quarenta e sete minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Jair Farias, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé

Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Léo Barbosa, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 66/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 14/2019, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”; Mensagem número 75/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos – Pers, e adota outras providências”; Mensagem número 76/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que encaminha a Emenda Aditiva à Medida Provisória número 27/2019, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, dispondo sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”; Mensagem número 77/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts 2 e 5 da Lei número 2.275, de 29 de novembro de 2009, e adota outras providências”; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal-CEF, informando sobre a entrega dos Empreendimentos Residenciais Santa Rosa I e II, localizados no Município de Miracema; Ofícios oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Elenil da Penha e Professor Júnior Geo; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando a celebração de convênios com diversos municípios; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal-CEF, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; e Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, solicitando a destinação de Emendas Parlamentares, objetivando melhorias estruturais no campo assistencial da saúde. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 2.204 a 2.206. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, por falta de quórum em Plenário, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Extraordinária para dezessete horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**16 de dezembro de 2019****Ata da Vigésima Quinta Sessão Extraordinária**

Às vinte horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Gleydson Nato, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Zé

Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Valde- rez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, nem Matérias a Apresentar, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até duas horas, para Reunião Extraordinária Conjunta das Comissões, reabrindo-a às vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Nilton Franco e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Elenil da Penha. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Logo após, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, o Senhor Deputado Gleydson Nato, Líder do Governo, solicitou a inclusão do Projeto de Lei número 5, de 23 de outubro de 2019, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos não Tributários do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e dá outras providências” na Ordem do Dia da vigésima sexta Sessão Extraordinária, do dia dezessete do corrente, conforme art. 76 combinado com o inciso I, do art. 71 e art. 77, do Regimento Interno, o qual, foi deferido. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e duas horas e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para o dia dezessete de dezembro, às nove horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

**9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa
17 de dezembro de 2019**

Ata da Vigésima Sexta Sessão Extraordinária

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valde- rez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes o Senhor Deputado Eduardo do Dertins e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Obras-Ageto, em resposta a Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e Ofício oriundo da Secretaria da Segurança Pública, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Não havendo Matérias a Apresentar, passou-se às Comunicações. Usaram a

tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Amália Santana. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei número 10/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023”, que deu origem ao Processo número 506/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei número 11/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2020”, que deu origem ao Processo número 507/2019; o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Valdemar Júnior e Professor Júnior Geo, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 16/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui as indenizações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 427/2019, a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.580, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 17/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera as Leis números 3.463, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil, número 3.479, de 25 de junho de 2019, que institui o Conselho de Segurança Pública do Tocantins-Conesp/TO e número 3.517, de 5 de agosto de 2019, que institui o Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins-FuspTO, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 467/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.581, de 17 de dezembro de 2019 e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 20/2019, de autoria do Senhor Governador do Tocantins, que “institui o Fundo Estadual do Trabalho-FET/TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 513/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.582, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 21/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Fundo Pátria Amada, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 514/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.583, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 22/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga dispositivo da Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000”, que deu origem ao Processo número 517/2019; a qual, votada, foi aprovada com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa promulga a Lei número 3.584, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 26/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a

desvinculação de *superávit* financeiro, na forma que específica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 521/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa promulga a Lei número 3.585, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 12/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais-CTE e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Tocantins-Tefato, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 537/2019; 13/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins-Igeprev-Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 515/2019; 14/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 538/2019; 15/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 540/2019; 16/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 2º e 5º da Lei número 2.275, de 29 de novembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 541/2019; e 5/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Tocantins, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos não Tributários do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Refis-TCE), destinado a promover a regularização de débitos decorrentes de sanções aplicadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 471/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 447/2019, originário da Medida Provisória número 23/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada -Proindústria, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 518/2019; e 448/2019, originário da Medida Provisória número 24/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Fundo Estadual de Transporte-FET, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 519/2019; os quais, votados, foram aprovados com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 449/2019, originário da Medida Provisória número 25/2019, de autoria do Senhor Governador, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica”, que deu origem ao Processo número 520/2019, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 450/2019, originário da Medida Provisória número 27/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem

ao Processo número 522/2019, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Jorge Frederico e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 2/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado, referente ao Exercício de 2015”, que deu origem ao Processo número 343/2019; e 3/2019, de autoria Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2014”, que deu origem ao Processo número 367/2019; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 4/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2016”, que deu origem ao Processo número 368/2019; e 5/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2017”, que deu origem ao Processo número 369; os quais, votados, foram aprovados com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 2.209/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessões Extraordinárias, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números 343/2019, 367/2019, 368/2019, 369/2019, 427/2019, 467/2019, 471/2019, 506/2019, 507/2019, 513/2019, 514/2019, 515/2019, 517/2019, 518/2019, 519/2019, 520/2019, 521/2019, 522/2019, 537/2019, 538/2019, 540/2019 e 541/2019; o qual foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e doze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

17 de dezembro de 2019

Ata da Vigésima Sétima Sessão Extraordinária

Às doze horas e trinta e um minutos do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes o Senhor Deputado Eduardo do Dertins e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Ple-

nário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinados Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a aplicação dos princípios da publicidade, da motivação e da celeridade aos resultados dos concursos públicos em âmbito estadual”, que deu origem ao Processo número 52/2019; 10/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a isenção do pagamento de ICMS nas contas de água e energia elétrica em residência habitada por aluno da Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais-Apae”, que deu origem ao Processo número 12/2019; 37/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “reserva vagas no âmbito do Estado do Tocantins em creches para os filhos das mulheres vítimas de violência doméstica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 39/2019; 51/2019, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “institui como política permanente de combate e enfrentamento à violência contra a mulher um aplicativo a ser desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI-TO), nos moldes do aplicativo “Salve Maria”, do Governo do Piauí, que auxilia nas denúncias de violência contra a mulher e no atendimento policial de meninas e mulheres em situação de violência em todo o Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 65/2019; 70/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a remuneração de tese de aptidão física em concurso público, de candidata grávida”, que deu origem ao Processo número 58/2019; 81/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Tocantins a Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 138/2019; 82/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “garante às mulheres vítimas de violência doméstica prioridade nos programas habitacionais e de habitação popular”, que deu origem ao Processo número 132/2018; 103/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece medidas de proteção ao consumidor na publicidade de combustíveis que diferencie preços para pagamento à vista dos preços para pagamento a prazo, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 98/2019; 124/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece infraestrutura básica para o parcelamentos de solo para fins urbano”, que deu origem ao Processo número 106/2019; 138/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do preço dos serviços, produtos, imóveis e veículos automotores nos anúncios realizados em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação”, que deu origem ao Processo número 219/2019; 142/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição, no prazo de dez anos, de licenciamento de exploração do gás de xisto no Estado do Tocantins pelo método *fracking* e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 221/2019; 152/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Política Estadual de Educação Preventiva contra a Hanseníase de Combate ao Preconceito no Estado do Tocantins e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 158/2019; 153/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Estatuto da Mulher Parlamentar e ocupante de cargo ou emprego público no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número

159/2019; 170/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 169/2019; 173/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação em local visível de placa informando a capacidade de lotação máxima de pessoas em recintos fechados, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 172/2019; 176/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha de Conscientização contra a automedicação e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 175/2019; 179/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da cobertura de suporte médico e segurança privada em eventos particulares com cobrança de ingressos no âmbito do Estado”, que deu origem ao Processo número 178/2019; 202/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “obriga as concessionárias de telefonia fixa e móvel a cancelarem a multa de fidelidade com a comprovação da perda do vínculo empregatício após a adesão ao contrato”, que deu origem ao Processo número 237/2019; 209/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a vinculação automática das receitas fiscais, sobretudo a conta parte do ICMS ao Fundo Municipal de Saúde de cada município”, que deu origem ao Processo número 242/2019; 214/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a “semana para sensibilização e defesa da educação, inclusiva de alunos com necessidades especiais” no ensino público e privado do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 263/2019; 216/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a exclusão de informações relativas a lotação de servidores do Estado do Tocantins que estejam sob alcance de medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário, no Portal de Transparência”, que deu origem ao Processo número 253/2019; 217/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui e inclui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Julho Verde” e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 256/2019; 219/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, na data que especifica”, que deu origem ao Processo número 255/2019; 231/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “reconhece os indivíduos com doenças renais crônicas e transplantados como pessoas com deficiência, para fins de atendimento preferencial e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 272/2019; 241/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “assegura prestação de serviço e possibilita incentivo a empresas que financiem bolsas de estudo aos professores que necessitam completar a formação pedagógica”, que deu origem ao Processo número 280/2019; 244/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a Campanha Estadual de Prevenção ao Desaparecimento de Crianças”, que deu origem ao Processo número 284/2019; 254/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Selo “Tocantins por uma Nova Vida”, destinado ao reconhecimento daqueles que contribuem para o aumento do número de doadores de órgãos e tecidos para desenvolvimento técnico científico em transplantes”, que deu origem ao Processo número 303/2019; 271/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Agosto Lilás”, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 326/2019; 306/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 3.440, de 11 de abril de 2019, que passa a dispor sobre o “setembro Amarelo”, mês de Conscientização, Prevenção e Combate ao Suicídio no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 363/2019; 312/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda

Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais Vale do Areia de Paranã-TO”, que deu origem ao Processo número 375/2019; 346/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Ana Clara Caetano Costa”, que deu origem ao Processo número 421/2019; e 366/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre informação ao consumidor sobre o direito de saldar antecipadamente seus débitos e obter redução de juros e demais acréscimos”, que deu origem ao Processo número 447/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 220/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre o direito que tem o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido de receber gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”, que deu origem ao Processo número 107/2016, o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário dos Senhores Deputado Olytho Neto, Professor Júnior Geo e Fabion Gomes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 12/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais-CTE e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Tocantins-Tcfato, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 537/2019; 13/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins-Igeprev- Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 515/2019; 14/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso III do at. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 538/2019; 15/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 540/2019; 16/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 2º e 5º da Lei número 2.275, de 29 de novembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 541/2019; e 317/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura o uso múltiplo do Lago do Projeto Manuel Alves e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 381/2019; os quais, votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 447/2019, originário da Medida Provisória número 23/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada-Proindústria, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 518/2019; e 448/2019, originário da Medida Provisória número 24/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Fundo Estadual de Transporte-FET, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 519/2019; os quais, votados, foram aprovados com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projeto

de Lei de Conversão números: 449/2019, originário da Medida Provisória número 25/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica”, que deu origem ao Processo número 520/2019; e 450/2019, originário da Medida Provisória número 27/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 522/2019, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 2/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado, referente ao Exercício de 2015”, que deu origem ao Processo número 343/2019, o qual, votado, foi aprovado. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 173, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Decreto Legislativo número 3/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2014”, que deu origem ao Processo número 367/2019; o qual, votado, foi aprovado. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 172, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 4/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2016”, que deu origem ao Processo número 368/2019; o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 174, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 5/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2017”, que deu origem ao Processo número 369; o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto Lula. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 175, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 5/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Tocantins, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos não Tributários do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Refis-TCE), destinado a promover a regularização de débitos decorrentes de sanções aplicadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 471/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e trinta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**17 de dezembro de 2019****Ata da Vigésima Oitava Sessão Extraordinária**

Às treze horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Ivory de Lira e a Senhora Deputada Cláudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinados às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a aplicação dos princípios da publicidade, da motivação e da celeridade aos resultados dos concursos públicos em âmbito estadual”, que deu origem ao Processo número 52/2019; 10/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a isenção do pagamento de ICMS nas contas de água e energia elétrica em residência habitada por aluno da Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais-Apae”, que deu origem ao Processo número 12/2019; 37/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “reserva vagas no âmbito do Estado do Tocantins em creches para os filhos das mulheres vítimas de violência doméstica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 39/2019; 51/2019, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis, que “institui como política permanente de combate e enfrentamento à violência contra a mulher um aplicativo a ser desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI-TO), nos moldes do aplicativo “Salve Maria”, do Governo do Piauí, que auxilia nas denúncias de violência contra a mulher e no atendimento policial de meninas e mulheres em situação de violência em todo o Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 65/2019; 70/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a remuneração de tese de aptidão física em concurso público, de candidata grávida”, que deu origem ao Processo número 58/2019; 81/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Tocantins a Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 138/2019; 82/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “garante às mulheres vítimas de violência doméstica prioridade nos programas habitacionais e de habitação popular”, que deu origem ao Processo número 132/2018; 103/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece medidas de proteção ao consumidor na publicidade de combustíveis que diferencie preços para pagamento à vista dos preços para pagamento a prazo, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 98/2019; 124/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece infraestrutura básica para o parcelamento de solo para fins urbano”, que deu origem ao Processo número 106/2019; 138/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a obrigatoriedade

da informação do preço dos serviços, produtos, imóveis e veículos automotores nos anúncios realizados em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação”, que deu origem ao Processo número 219/2019; 142/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a proibição, no prazo de dez anos, de licenciamento de exploração do gás de xisto no Estado do Tocantins pelo método *fracking* e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 221/2019; 152/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Política Estadual de Educação Preventiva contra a Hanseníase e de Combate ao Preconceito no Estado do Tocantins e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 158/2019; 153/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Estatuto da Mulher Parlamentar e ocupante de cargo ou emprego público no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 159/2019; 170/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 169/2019; 173/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação em local visível de placa informando a capacidade de lotação máxima de pessoas em recintos fechados, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 172/2019; 176/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha de Conscientização contra a automedicação e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 175/2019; 179/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da cobertura de suporte médico e segurança privada em eventos particulares com cobrança de ingressos no âmbito do Estado”, que deu origem ao Processo número 178/2019; 202/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “obriga as concessionárias de telefonia fixa e móvel a cancelarem a multa de fidelidade com a comprovação da perda do vínculo empregatício após a adesão ao contrato”, que deu origem ao Processo número 237/2019; 209/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a vinculação automática das receitas fiscais, sobretudo a conta parte do ICMS ao Fundo Municipal de Saúde de cada município”, que deu origem ao Processo número 242/2019; 214/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a “semana para sensibilização e defesa da educação, inclusiva de alunos com necessidades especiais” no ensino público e privado do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 263/2019; 216/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a exclusão de informações relativas a lotação de servidores do Estado do Tocantins que estejam sob alcance de medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário, no Portal de Transparência”, que deu origem ao Processo número 253/2019; 217/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui e inclui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Julho Verde” e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 256/2019; 219/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia Estadual de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas, na data que especifica”, que deu origem ao Processo número 255/2019; 220/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre o direito que tem o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido de receber gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”, que deu origem ao Processo número 107/2016; 231/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “reconhece os indivíduos com doenças renais crônicas e transplantados como pessoas com deficiência, para fins de atendimento preferencial e dá

outras providências”, que deu origem ao Processo número 272/2019; 241/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “assegura prestação de serviço e possibilita incentivo a empresas que financiam bolsas de estudo aos professores que necessitam completar a formação pedagógica”, que deu origem ao Processo número 280/2019; 244/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a Campanha Estadual de Prevenção ao Desaparecimento de Crianças”, que deu origem ao Processo número 284/2019; 254/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Selo “Tocantins por uma Nova Vida”, destinado ao reconhecimento daqueles que contribuem para o aumento do número de doadores de órgãos e tecidos para desenvolvimento técnico científico em transplantes”, que deu origem ao Processo número 303/2019; 271/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Agosto Lilás”, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 326/2019; 306/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 3.440, de 11 de abril de 2019, que passa a dispor sobre o “setembro Amarelo”, mês de Conscientização, Prevenção e Combate ao Suicídio no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 363/2019; 312/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais Vale do Areia de Paranã-TO”, que deu origem ao Processo número 375/2019; 346/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Ana Clara Caetano Costa”, que deu origem ao Processo número 421/2019; e 366/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre informação ao consumidor o direito de saldar antecipadamente seus débitos e obter redução de juros e demais acréscimos”, que deu origem ao Processo número 447/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e trinta e três minutos, e em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, combinado com o inciso I do artigo 3º do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 977/2020

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR sem efeito os Decretos Administrativos nº 956/2020 e 961/2020, publicados no *Diário da Assembleia nº 3073*, de 18 de novembro de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de novembro de 2020.

Deputado **EDUARDO BONAGURA**
Presidente em exercício

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 978/2020

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR vago o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-14, em razão do falecimento da servidora **Juliana Silva Sá**, do Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativamente a 14 de outubro de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de novembro de 2020.

Deputado **EDUARDO BONAGURA**
Presidente em exercício

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 979/2020

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Marilene Lopes de Castro** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Elenil da Penha**, retroativamente ao dia 18 de novembro de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de novembro de 2020.

Deputado **EDUARDO BONAGURA**
Presidente em exercício

ERRATA 24/11/2020

Dispõe sobre correções nos textos dos decretos abaixo relacionados:

1. No Decreto Administrativo nº 883/2020, publicado no *Diário da Assembleia nº 3057*, de 13 de outubro de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º (...)

– **Idalina José Ribeiro** - Assessor de Gabinete de Secretário

Leia-se:

Art. 1º (...)

– **Idalina José Ribeiro** - Assessor Legislativo de Gabinete de Secretário

2. No Decreto Administrativo nº 884/2020, publicado no

Diário da Assembléia nº 3057, de 13 de outubro de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º (...)

– **Paulo Sérgio Fernandes da Silva** - Assessor de Gabinete de Secretário

Leia-se:

Art. 1º (...)

– **Paulo Sérgio Fernandes da Silva** - Assessor Legislativo de Gabinete de Secretário

3. No Decreto Administrativo nº 973/2020, publicado no *Diário da Assembléia nº 3074*, de 19 de novembro de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º EXONERAR Natalia Zorzi do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, do Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente a 18 de novembro de 2020.

Leia-se:

Art. 1º EXONERAR Natalia Zorzi do cargo em comissão

de Assessor Parlamentar – AP-14, do Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente a 1º de novembro de 2020.

4. No Decreto Administrativo nº 974/2020, publicado no *Diário da Assembléia nº 3074*, de 19 de novembro de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º NOMEAR Isabela Sousa Diamantino para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente a 18 de novembro de 2020.

Leia-se:

Art. 1º NOMEAR Isabela Sousa Diamantino para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente a 1º de novembro de 2020.

Palmas, 23 de novembro de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PTB)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC-Licenciado)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Gleydson Nato (PTB-Suplente)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PCdoB)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Leo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)